

CADERNO

1

Volume 1

Ano I 1994

Sala de Pesquisa
CDHIS -
(no subsolo)

espacia
feminino

Revista do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher
Universidade Federal de Uberlândia



emos
N

ESPAÇO FEMININO

COORDENAÇÃO DA REVISTA

Profa. Vera Lúcia Puga de Sousa

CONSELHO

Jane de Fátima Silva Rodrigues
Carmem Lúcia Figueira Balbino
Vera Lúcia Puga de Sousa
Cláudia Costa Guerra
Aldo Luís Bellagamba Colesanti
Clércia Floresta
Dulcina Tereza Bonati Borges
Eliane Schmaltz Ferreira Andrade

CORRESPONDÊNCIA

NEGUEM

Av. João Naves de Ávila s/nº - Bloco "Q" - CDHIS
Campus Santa Mônica - Uberlândia - Minas Gerais
CEP: 38400-902 - Telefone: (034) 234-7744
(034) 235-2888 Ramal 4130/4236

FOTO CAPA

Desenho sobre papel (aerógrafo e lápis de cor branco) de Lucimar Bello, professora, doutora em Artes Plástica pela ECA/USP - Dep. Artes Plástica da UFU.

PROJETO GRÁFICO/CAPA

Priscila Pereira de Mello

CADERNO ESPAÇO FEMININO é uma publicação semestral do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia. Este número está sendo editado pela Universidade Federal de Uberlândia através de sua Divisão Gráfica.

CADERNO

espaço
feminino

5.4 m
248 J

SUMÁRIO

Apresentação	3
Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil, 1890-1930	5
<i>Margareth Rago</i>	
As Ciências Sociais e a Construção dos Estudos sobre Mulheres: apontamentos para uma abordagem historiográfica	25
<i>Jane de Fátima Silva Rodrigues</i>	
Internatos.....	37
<i>Vera Lúcia Puga de Sousa</i>	
As Revistas Femininas e o Papel da Mulher nos anos 70-90	63
<i>Dulcina Tereza Bonati Borges</i>	
Aborto/Cidadania - Tecendo a Democracia	79
<i>Eleonora Menicucci de Oliveira</i>	
Todo Dia Ela Faz Tudo Sempre Igual ?	87
<i>Cláudia Costa Guerra</i>	
Somando Papéis Sociais: Trajetórias Femininas e Seus Conflitos.....	105
<i>Eliane Schmaltz Ferreira Andrade</i>	

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CENTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA
NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO E PESQUISA SOBRE A MULHER
(NEGUEM)

Periodicidade: semestral
Tiragem: 500 exemplares

Pede-se permuta
Pédese canje
On demande échange
We ask for exchange
Wir bitten um austausch
Si richiede lo scambio

ESPAÇO FEMININO, nº 1 - 1994- Uberlândia,
Universidade Federal de Uberlândia,
Departamento de História
CDHIS
NEGUEM

Semestral

APRESENTAÇÃO

O **Caderno Espaço Feminino** do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher (NEGUEM), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) alcançou hoje um de seus objetivos que é a publicação de trabalhos e pesquisas sobre a temática MULHER, possibilitando aos seus pesquisadores a troca de experiências com outros núcleos congêneres, a abertura e discussão de temas tão complexos que envolvem os estudos de gênero e questões femininas.

O NEGUEM surgiu da fusão de trabalhos de pesquisadores ligados à UFU seja como professores, alunos ou ex-alunos que, interessados no estudo de gênero e pesquisando a mulher nos seus mais variados aspectos, uniram esforços para criar um espaço de discussões e produção de conhecimento.

Além da Revista, o NEGUEM desenvolve anualmente semana de estudos e debates sobre a temática envolvendo a comunidade, com apresentação de cursos, palestras e números artísticos; promove discussões em escolas, associações de bairros, sindicatos, etc.; curso específico onde se discute as questões de gênero e a mulher; no mês de março participa juntamente com outras associações da cidade, das comemorações do "dia internacional da mulher"; além de corresponder com núcleos de todo o Brasil e de alguns países americanos e europeus.

Abrindo espaços dentro e fora da instituição o NEGUEM tem sido convidado a participar de vários acontecimentos com sociedades organizadas ou não. Recebemos, já como fruto de nosso trabalho, o convite para darmos uma disciplina: "História da Mulher", no curso de Psicologia da UFU, assim como participamos de jomais locais e nacionais, escrevendo artigos; também ministramos cursos e palestras em empresas e associações, em semanas científicas, debatendo e questionando os problemas relativos à Mulher.

Neste primeiro número do **Caderno Espaço Feminino**, contamos com sete artigos que nas suas diversidades analisam em comum a Mulher, seja tratando das relações de gênero, das lutas e conquistas femininas, dos estudos e abordagens sobre o tema, de suas trajetórias e conflitos, de sua educação formal e seu papel percebido através das revistas femininas.

O NEGUEM, através de seus pesquisadores, espera poder estar contribuindo com o debate sobre a temática, envolvendo um número cada vez maior de pessoas no complexo assunto, criando situações que permitam discussões e transformação dessa sociedade em que vivemos.

Convidamos vocês a percorrerem conosco estes espaços de convívio, movimentos, lutas, resistências, imposições sociais, conquistas e relações, lendo os artigos "Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil,

1890-1930" de Margareth Rago; "Somando Papéis Sociais: Trajetórias Femininas e seus Conflitos" de Eliane Schmalz Ferreira Andrade; "Internatos" de Vera Lúcia Puga de Sousa; "As Ciências Sociais e a Construção do Estudos sobre Mulheres: apontamentos para uma abordagem historiográfica" de Jane de Fátima Silva Rodrigues; "Aborto/Cidadania - Tecendo a Democracia" de Eleonora Menicucci de Oliveira; "As Revistas Femininas e o Papel da Mulher nos anos 70-90" de Dulcina Tereza Bonati Borges e "Todo Dia Ela Faz Tudo Sempre Igual?" de Cláudia Costa Guerra.

RELAÇÕES DE GÊNERO E CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL, 1890-1930.*

Margareth Rago **

"O verdadeiro problema cultural que colocamos assim (produzirá a liberdade que as mulheres buscam novas qualidades culturais?) só encontrará resposta positiva mediante uma nova partilha das profissões ou mediante uma nova modulação destas, fazendo não que as mulheres se tornem cientistas ou técnicas, médicas ou artistas no sentido em que os homens o são, mas que realizem trabalhos que eles são incapazes de realizar."

Georg Simmel, FILOSOFIA DO AMOR, 1902.

Discussão recente nos meios acadêmicos brasileiros, a questão das relações entre os sexos começa a ser incorporada nas recentes pesquisas sobre a formação da classe operária, no país. Embora sejam bastante conhecidos os trabalhos que têm como centro de suas preocupações a condição das mulheres trabalhadoras, desde as origens da industrialização, a exemplo dos estudos de Heleieth Saffioti, Maria Valéria Junho Pena, Maria Alice Rosa Ribeiro, Margareth Rago e Eliane da Silva Lopes, apenas em 1993 foi publicado, nos Estados Unidos, um trabalho que considera diferenciadamente a presença de mulheres e homens na formação do proletariado, em São Paulo.¹

Em Working Women, Working Men. São Paulo and The Rise of the Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955, Joel Wolfe apresenta uma análise viva e atenta da atuação de ambos os sexos no âmbito do trabalho

* Paper apresentado, com algumas modificações, no XVIII Congresso Internacional da LASA em Atlanta, Geórgia, março de 1994.

** Professora Doutora do Departamento de História da UNICAMP. Autora dos livros: Do Cabaré ao Lar (Paz e Terra- 1985) e Os Prazeres da Noite (Paz e Terra-1991).

1. Heleieth Saffioti - A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES: Mito e Realidade, SP, Quatro Artes, 1967; Maria Valéria Junho Pena - MULHERES TRABALHADORAS. Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril, RJ, Paz e Terra, 1981; Maria Alice Rosa Ribeiro - CONDIÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA TÊXTIL PAULISTA, (1870-1930), SP, Hucitec/UNICAMP, 1988; Margareth Rago - DO CABARÉ AO LAR. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930, RJ, Paz e Terra, 1985, 1ª ed.; Eliane da Silva Lopes - FRAGMENTOS DE MULHER: Dimensões da Trabalhadora, 1900-1922, dissertação de mestrado, UNICAMP, 1985.

industrial, nas lutas sociais do período, assim como nas formas de representação e de relacionamento com os governantes, ou ainda, nas próprias relações estabelecidas entre si. Trata-se, assim, de um estudo que ilumina a questão das relações de gênero no interior da classe operária paulista, tendo como importante fonte documental os depoimentos orais de antigas operárias e operários.²

É importante lembrar que as pesquisas sobre a condição feminina no Brasil nasceram, nos anos 70, a partir de uma historiografia do trabalho, bastante marcada pela tradição marxista e pela referência teórica da "Social History" Anglo Americana. Nesse sentido, carregaram todos os problemas pelos quais o marxismo foi criticado nas décadas posteriores: o privilegiamento das determinações estruturais sobre a ação dos agentes sociais, a vitimização das mulheres pela exploração capitalista e patriarcal, sua ausência enquanto forças sociais e políticas ativas, a compartimentação dos níveis da realidade, analisada de maneira estanque.

É verdade que uma relativamente intensa produção acadêmica sobre a presença das mulheres em nossa história, produzida ao longo das décadas de oitenta e noventa, sob o forte impacto das renovações teóricas e temáticas da "Social History" e da "Novelle Histoire", procurou superar vários desses pontos, contribuindo para constituir uma historiografia das mulheres propriamente dita, no Brasil. Maria Odila Leite da Silva Dias, em **Quotidiano e Poder**, publicado em 1984, assim como **Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar**, de 1985, por exemplo, procuraram resgatar a atuação das mulheres trabalhadoras pobres, desvitimizadas e insistindo sobre sua capacidade criativa, nas múltiplas estratégias quotidianas de sobrevivência e de resistência social.³

A ampliação do leque temático resultante possibilitou recuperar a presença das mulheres para além dos limites da classe trabalhadora, enriquecendo em muito o conjunto das informações disponíveis. Entretanto, é só mais recentemente que uma crítica incisiva ganha peso no interior da epistemologia feminista e do pós-estruturalismo, questionando a construção

2 Joel Wolfe - WORKING WOMEN, WORKING MEN, São Paulo and The Rise of Brazil's industrial working class, 1900-1950, Durham, Duke University Press, 1993. Veja-se ainda "Father of the Poor" or "Mother of the Rich?" : Getúlio Vargas, Industrial Workers, and the Constructions of Class, Gender, and Populism in São Paulo, 1930-1954". In RADICAL HISTORY, winter 1994.

3 Maria Odila Leite da Silva Dias - QUOTIDIANO E PODER EM SÃO PAULO NO SÉC. XIX, SP, Brasiliense, 1984; M. Rago - op cit.

de uma "história de mulheres". Condenando o essencialismo que subjaz a estas concepções, que privilegiam o conceito da identidade em detrimento da diferença, afirma-se que as mulheres não vivem isoladas na sociedade como um gueto, mas que interagem em múltiplas relações sociais com o sexo oposto, e que, afinal, não se pode perder a historicidade da constituição cultural e social do próprio ser-mulher e ser-homem, assim como dos significados culturais e simbólicos do feminino e do masculino.⁴

Já Joan Scott alertara para a insuficiência da análise de um dos maiores expoentes da historiografia internacional, E. P. Thompson, que, apesar da imensa crítica epistemológica que produz, falando do interior do marxismo, silencia sobre as relações de gênero, dessexualizando a classe operária inglesa, por assim dizer, ou, em outras palavras, trabalhando com a categoria universal homem como explicativa de todo o proletariado. As poucas mulheres que povoam as páginas de seu imenso estudo, diz aquela historiadora feminista, aparecem na dimensão de sonâmbulas, fanáticas religiosas, mulheres sem rosto que giram em torno de homens racionais.⁵ Em suma, no afã de adotar a classe operária de uma identidade própria, o historiador inglês esquecer-se-ia da construção da identidade das mulheres. Evidenciando a historicidade da construção cultural e social da classe operária inglesa, num fazer-se autônomo e ao mesmo tempo determinado, Thompson insidaria num essencialismo simplista em relação à categoria mulher.

Em certa medida, a mesma crítica pode ser estendida à produção acadêmica brasileira sobre a formação da classe operária. Desde os primeiros trabalhos de Azis Simão ao conceituado estudo de Bóris Fausto, registra-se um relativo silenciamento, quando muito rápidas alusões, à participação feminina na composição e nas lutas do operariado, muito embora se saiba que grande número de fábricas, especialmente as de fiação e tecelagem, desde os inícios de nossa industrialização, empregavam um expressivo contingente feminino e infantil.⁶

4 A bibliografia sobre as relações de gênero é imensa. Destaco alguns trabalhos de maior impacto no Brasil: Joan Scott - GENDER AND THE POLITICS OF HISTORY, N.Y., Columbia University Press, 1988; "História das Mulheres", in A ESCRITA DA HISTÓRIA, org. Peter Burke, SP, UNESP, 1992; Seyla Benhabib e D. Cornell - FEMINISMO COMO CRÍTICA DA MODERNIDADE, RJ, Ed. Rosa dos Tempos, (1987, original); Heloisa Buarque de Hollanda - PÓS-MODERNISMO E POLÍTICA, RJ, Rocco, 1991; Cristina Bruschin e Albertina Costa - UMA QUESTÃO DE GÊNERO, RJ, Rosa dos Tempos, e SP, Carlos Chagas, 1992.

5 Joan Scott - GENDER AND ... op cit. , pp.68-90.

6 Azis Simão - SINDICATO E ESTADO, SP, Dominus, 1966; Boris Fausto - TRABALHO URBANO E CONFLITO SOCIAL, SP, Difel, 1976.

Ao longo dos anos setenta, alguns estudos, sobretudo o de Heleieth Saffioti, preencheram esta lacuna, levantando a porcentagem de mulheres na composição da força-de-trabalho do setor industrial, abrindo pistas para se repensar a história da formação do proletariado no Brasil. À luz deste trabalho, alguns outros avançaram as pesquisas, como o de Maria Valéria Junho Pena, de 1981, aprofundando-se sobre a presença das trabalhadoras no processo de industrialização brasileiro; o de Maria Alice Rosa Ribeiro, sobre as condições de trabalho nas indústrias têxteis paulistas; o de Esmeralda Blanco B. Moura, que trouxe importantes informações sobre a legislação trabalhista relativa às mulheres e às crianças.⁷

Nos anos oitenta, preocupada com a multiplicidade das figuras sociais que compõem a classe operária, trabalhei com a formação do proletariado na primeira república, tendo em vista não homogeneizar o conceito de proletariado, eliminando as diferenças entre os sexos, ao estendê-lo genericamente para designar todos os trabalhadores fabris indistintamente considerados. A pesquisa realizada na imprensa operária do período, nas circulares dos industriais, em documentos oficiais das autoridades públicas, em artigos e teses médicas revelou práticas e representações bastante diferenciadas em se tratando das trabalhadoras, já que, como observamos, grande parte do contingente operário vindo com a imigração européia, ou composto nacionalmente era constituído por mulheres e, especialmente, por mulheres muito jovens. A consideração das diferenças sexuais entre os trabalhadores de nossas primeiras indústrias, levou-me a dedicar uma atenção especial às questões femininas, diferenciando-as e mostrando sua especificidade em relação às masculinas, na organização social do trabalho fabril.

É nesta direção que o presente texto pretende ser uma contribuição para um repensar da história da formação do proletariado no Brasil, a partir de um enfoque teórico-metodológico que incorpore as relações de gênero, não se limitando a pensar este movimento de constituição do proletariado enquanto um processo homogêneo para mulheres e homens. Não se trata, nesta perspectiva, de construir uma história das mulheres trabalhadoras ao longo da industrialização, já que entendemos, ao lado de Joan Scott, que o

7 H. Saffioti - op cit. ; Maria Valéria J. Pena - op cit. ; Maria Alice R. Ribeiro - op cit. ; Esmeralda Blanco B. Moura - MULHERES E MENORES NO TRABALHO INDUSTRIAL: Fatores Sexo e Idade na Dinâmica Capital. Petrópolis, Vozes, 1982.

gênero é uma categoria relacional e não identitária, sendo esta uma de suas grandes riquezas para a análise.⁸

A classe operária tem dois sexos

Lembrando o título do livro de uma das pioneiras nos estudos de gênero, classe operária e sindicalismo no Brasil, Elisabeth Souza-Lobo, publicado em 1991, uma primeira observação se faz necessária.⁹ Não raro a imagem evocada pelo conceito de proletariado, no Brasil, ao menos, sugere a figura do italiano maduro, de bigodes densos e aparência sisuda, tal como aparece nas inúmeras fotografias publicadas no período. Logo em seguida, porém, somos surpreendidos pelos dados estatísticos, ou mesmo, pelas imagens fotográficas que, embora em menor número, atestam a presença de um considerável contingente feminino nas fileiras do operariado das primeiras décadas deste século. As pesquisas de Rosa Ribeiro, por exemplo, revelam que não houve uma progressiva substituição da mão-de-obra masculina pela feminina ao longo da constituição do parque industrial brasileiro, mas exatamente o contrário, ao menos até os anos 1960. Desde a década de 1870, encontram-se anúncios de empregadores na imprensa oficial, solicitando trabalhadoras mulheres e crianças para comporem seu efetivo nas indústrias. Da mesma forma, as estatísticas informam que, nas indústrias de fiação e tecelagem de São Paulo, 72,74% dos trabalhadores eram constituídos por mulheres e crianças, no final do século passado. Em 1912, de 7 estabelecimentos fabris visitados pelos inspetores do Departamento Estadual do Trabalho, num total de 1775 operários, constatou-se que 1340 eram do sexo feminino. No recenseamento de 1920, em 247 indústrias têxteis inspecionadas, num total de 34.825 operários, 14.352 (41,21%) eram homens e 17.747 (50,96%) eram mulheres. Nas 736 indústrias do vestuário e toucador pesquisadas, 5.941 (56,61%) trabalhadores eram do sexo masculino, enquanto 3.554 (33,87%) eram mulheres.¹⁰

Junho Pena conclui que, ao contrário do que tradicionalmente se supunha, foram os homens que progressivamente expulsaram as mulheres do mercado de trabalho industrial, entre as décadas de 1920 e 1950. Em suas palavras: **"Se em 1872 elas eram 76% do trabalho assalariado nas**

8 Evidentemente, esta não é a única conceituação possível do gênero, havendo várias vertentes de análise. Veja-se Terezita de Barbieri - "Sobre la categoría género. Una Introducción teórico-metodológica", in DIREITOS REPRODUTIVOS, SP, Fundação Carlos Chagas, 1991.

9 Elisabeth Souza-Lobo - A CLASSE OPERÁRIA TEM DOIS SEXOS, SP, Brasiliense, 1991.

10 Maria Alice R Ribeiro - op cit., pp. 132-158.

fábricas, em 1950, eram apenas 23%”.¹¹ Para Saffioti, o desenvolvimento industrial intensificado pela Primeira Grande Guerra, que trouxe um aumento de 83,3% da população operária ao longo de 13 anos, se deu a partir da ampla utilização do trabalho masculino, em detrimento do feminino. O desenvolvimento industrial dos anos 1930 não faz mais do que acentuar esta tendência, não resultando em aumento relativo substancial da força de trabalho feminina.¹²

A progressiva expulsão das mulheres do mercado de trabalho industrial foi acompanhada pela vitória de concepções bastante problemáticas acerca da feminilidade e da masculinidade e, especialmente, da definição e consagração de mitos a respeito da sexualidade feminina e de padrões morais de conduta para os sexos, que, formulados desde o final do século 19, vigoraram inabaláveis até pelo menos meados dos anos 1960.

Os trabalhos acadêmicos produzidos nas décadas de 1970 e 1980 permitiram alertar para a importância de se pensar e problematizar as relações entre os sexos na Primeira República, na medida em que trouxeram muitas informações sobre a presença das mulheres, sobretudo das camadas pobres e médias, no mundo do trabalho e na vida social. Estes estudos sugerem-nos a necessidade de uma reavaliação da historiografia sobre a classe operária, já que desmistificam a idéia de que o proletariado era essencialmente masculino, e revelam nosso desconhecimento sobre as relações de gênero no âmbito do trabalho. Quero ainda chamar a atenção para o fato de que vários dos recentes estudos sobre as mulheres, produzidos no Brasil, vão buscá-las em outros espaços de atuação e de sociabilidade que não a fábrica. As prostitutas, as loucas, as feiticeiras, as reclusas dos conventos, as mulheres de vanguarda, as escritoras são as principais personagens dessa historiografia recente, que revela a especificidade e a diferença da cultura feminina em relação à masculina, e a força criativa das mulheres ao longo de nossa história.¹³

11 Maria Valéria J. Pena - op cit. , p. 14; veja-se também seu artigo "A Mulher Trabalhadora", in A CONDIÇÃO FEMININA, Nanci Valadares de Carvalho, SP, Edições Vêrre, 1988.

12 H. Saffioti - op cit., p.240.

13 Cito, aqui, apenas alguns trabalhos desta historiografia: Mary del Priore - AO SUL DO CORPO. Condição Feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia, RJ, José Olympio, 1993; Leila Mezan - HONRADAS E DEVOTAS : MULHERES DA COLÔNIA, RJ, Ed. José Olympio, 1994; Raquel Soihet - CONDIÇÃO FEMININA E FORMAS DE VIOLÊNCIA, Mulheres Pobres e Ordem Urbana, 1890-1920, RJ, Forense Universitária, 1989; Martha de Abreu Esteves - MENINAS PERDIDAS. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. RJ, Paz e Terra, 1989.

O balanço dessa historiografia recente coloca questões bastante instigantes para se compreender o fenômeno da industrialização e urbanização no Brasil, dentre as quais as relações de gênero. O fato de constatarmos que "a classe operária tem dois sexos" nos obriga a reler a documentação existente, além de procurar outras novas, atentando para as especificidades das problemáticas que compõem os universos feminino e masculino, até muito recentemente extremamente dicotomizados.

Nesse sentido, até mesmo as temáticas a serem privilegiadas mudam, porque a femininização ou a masculinização do espaço fabril suscita reações bastante diversificadas. Assim, a incorporação da categoria do gênero para se pensar a formação da classe operária leva a uma ampliação específica do leque temático e a novos deslocamentos metodológicos que redefinem este objeto de estudo.

A sexualidade feminina e os padrões morais da classe operária

Se se considera que a formação do proletariado se caracteriza como um movimento de lutas e embates no cotidiano do trabalho e para além dos muros da fábrica, em que as elites dominantes procuram moldá-lo à sua imagem, ou civilizá-lo, e que neste processo enfrentam muitas oposições e resistências, é necessário examinar como esse movimento se efetua em relação aos operários e às operárias.

Uma das questões centrais que a documentação do período apresenta, no que se refere às trabalhadoras, seja ao retratar as péssimas condições de trabalho, os baixos salários, a ausência de uma legislação trabalhista, seja as formas de controle e a violência patronal é a problematização da sexualidade feminina como um fator definidor da identidade da mulher. De um lado e de outro, trata-se de produzir sua identidade enquanto "mãe civilizadora", voltada devotamente para a esfera do lar, seu lugar natural por excelência.

Os vários discursos examinados ao longo de 1890-1930 confluem no sentido de ensinar às mulheres, pobres e ricas, que haviam nascido para desempenhar a função da maternidade, dedicando-se à família e ao casamento. Enquanto os positivistas, respaldados pelas teorias comtianas, afirmavam que as mulheres não deveriam lidar com o dinheiro, objeto público e impuro, os médicos provavam sua inferioridade física, mental e moral em relação aos homens. Enquanto o movimento operário atentava para a fragilidade das "pobres mocinhas" que trabalhavam nas fábricas, solicitando

a proteção dos companheiros diante do assédio sexual dos patrões e contramestres, as autoridades públicas aconselhavam os industriais a adotarem medidas de proteção ao trabalho feminino e infantil, de modo a impedir a dissolução da família ou a degeneração moral das mulheres pobres, caracterizadas por um irracionalismo maior em relação às ricas, e maior ainda em relação aos homens pobres.

Ou seja, em se tratando do gênero feminino, a questão da definição de padrões normativos de conduta adquire uma maior relevância. Não há dúvida de que, no imaginário das elites, o trabalho braçal feminino foi sempre assimilado à corrupção moral. Desde a famosa "costureirinha", a operária, a lavadeira, a empregada doméstica, a doceira, até a florista e a artista, as várias profissões femininas foram sempre estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição. Na conhecida classificação das prostitutas, realizada pelo dr. Ferraz de Macedo, em seu estudo sobre a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, em 1872, as diversas profissões femininas, como florista, costureira, modista, vendedora de charutos, figurante de teatro serviam para caracterizar a personalidade do "primeiro gênero das prostitutas trabalhadoras", classificada, por sua vez, na "primeira classe das difíceis" relativamente à prostituição pública. Em sua opinião, as mulheres pertencentes a esta tipologia apresentavam atributos comuns expressos desde o tipo de habitação até "os costumes, as horas de trânsito, o modo de se renderem, o modo de expressão (voz, estilo, termos, gestos, etc)".¹⁴

Evidentemente, isto não significava que a sociedade se mobilizasse contra o trabalho das mulheres pobres, visto como uma necessidade econômica, ao contrário do das mais abastadas. Em relação a estas, vale lembrar que nas revistas feministas, como **A Mensageira** e a **Revista Feminina**, publicadas respectivamente entre 1897-1900 e 1914-1936, dirigidas por mulheres da aristocracia cafeeira, as escritoras e articulistas insistiam em demonstrar que a entrada do "sexo frágil" no mercado de trabalho e na política não significava a dissolução da família, nem o desmoroamento dos valores morais. São insistentes suas afirmações no sentido de não se confundir liberdade com libertinagem, ou de provar que a maior participação feminina no mundo do trabalho resultaria no oposto do que se esperava: a valorização da função da maternidade e da própria esfera privada do lar. A

14 Francisco Ferraz de Macedo - DA PROSTITUIÇÃO EM GERAL E EM PARTICULAR EM RELAÇÃO À CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873.

"mãe cívica" preencheria, nesse sentido, as demandas do mundo moderno, pois estaria mais apta a propiciar uma educação atualizada e aprimorada aos futuros cidadãos da pátria do que a mãe tradicional, ignorante e alienada. Logo nas primeiras páginas de **A Mensageira**, afirma-se:

"Precisamos compreender antes de tudo e afirmar aos outros, (...) que é a bem da própria família, principalmente dela, que necessitamos de desenvolvimento intelectual e do apoio seguro de uma educação bem feita."

"Uma mãe instruída, disciplinada, (...) funda no espírito de seu filho, o sentimento da ordem (...)." "Uma mulher ignorante, ou fútil, não pode ser uma mãe perfeita." (vol. I, p. 3/4)

O próprio crescimento da preocupação com o conhecimento e com o controle do mundo da prostituição revela uma ansiedade bastante grande em relação ao estabelecimento de novos padrões normativos de conduta para as mulheres, num espaço que se modernizava rapidamente e que assistia a uma maior participação feminina nos múltiplos campos da vida social.¹⁵ A preocupação com a normatização do corpo feminino, com a decifração de sua sexualidade, com a definição das condutas aceitas e proibidas, normais e patológicas pode ser percebida nos múltiplos discursos de médicos, juristas, autoridades públicas, ou mesmo nas fontes operárias e anarquistas do período.

Os médicos dedicaram muitas páginas para convencer os industriais sobre a necessidade de atenções especiais em relação ao corpo das operárias. Foram favoráveis à proibição do trabalho noturno para as mulheres, consideradas tão frágeis quanto os menores, e ao estabelecimento de creches e postos de saúde, que criassem melhores condições de trabalho para as gestantes e mães recentes. Em vários casos, estabeleceram os parâmetros do que seriam as atividades mais condizentes com a condição feminina, biológica e moralmente consideradas, em nítida oposição à masculina. Aconselhavam, por exemplo, o trabalho de telefonista para as mulheres, por considerarem que, sendo mais sedentárias e conformadas, não se dispersariam tanto quanto os homens, nem perderiam tanto tempo com conversas inúteis, cigarro, etc. Da mesma forma, repetindo os ensinamentos de seus colegas ingleses, tinham várias precauções em relação

15Veja-se M. Rago - OS PRAZERES DA NOITE. Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo, Paz e Terra, 1991. Para o Rio de Janeiro, Magali Engels - MERETRIZES E DOUTORES. Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890), SP, Brasiliense, 1989.

ao trabalho das costureiras, principalmente se utilizassem as máquinas Singer, responsáveis em suas opiniões pela excitação sexual das moças, ao pedalar as máquinas.

Isto não significou, porém, a estipulação de melhores salários às mulheres, ou iguais aos homens, nem mesmo um abrandamento na exploração do trabalho. Para o industrial Jorge Street, muitas vezes taxado de socialista, a redução das horas de trabalho para moças e rapazes de 15 a 18 anos de idade acarretaria uma diminuição do salário e, portanto, um profundo desequilíbrio nas finanças da família. Além disso, dizia ele, em 19.9.1917:

*"Eu tenho em São Paulo, entre os meus quase 3.000 operários, mais de 1.100 moças de 15 a 18 anos de idade, que apresentam robustez física igual à de suas companheiras de maior de idade e que produzem o mesmo que elas".*¹⁶

Se as concepções médicas nem sempre foram bem recebidas pelos industriais, mais preocupados com os lucros imediatos do que com a saúde ou a formação moral das operárias, influíram decisivamente na construção de uma referência acerca do que por muito tempo se considerou como a identidade essencial da mulher. Nesse imaginário, a mulher se caracterizou acima de tudo pelo desejo da maternidade, pela ausência de desejos sexuais, pela passividade, pelo sentimentalismo e por uma dose de irracionalismo proporcionalmente maior quanto mais abaixo ela estivesse na escala social. Nos dois extremos deste modelo de feminilidade, encontravam-se a "mulher casta", destinada ao casamento e ao lar, e a prostituta, ou "degenerada nata", segundo as formulações lombrosianas, incapaz de participar do contrato social.

Além disso, as mulheres foram fundamentais para a interferência do poder médico no interior da família. Vários estudos apontam para a dimensão da aliança estabelecida entre o médico e a mãe na racionalização da vida cotidiana muito além do espaço do lar.¹⁷ Tendo em vista moralizar o proletariado em todos os sentidos, erradicando hábitos considerados perniciosos e "indesejáveis", afastando-o das correntes políticas que propunham a resistência social, os médicos higienistas, num primeiro

16 Evaristo de Moraes Filho (org.) - IDÉIAS SOCIAIS DE JORGE STREET, RJ, Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 208.

17 Veja-se por ex. Jacques Donzelot - A POLÍCIA DAS FAMÍLIAS, RJ, Graal, 1980.

momento, seguidos depois pelos assistentes sociais, juristas, arquitetos penetraram no interior da família, atentos para os mínimos detalhes da organização da vida operária. Em suas inúmeras incursões aos bairros, vilas e moradias operárias, procuravam aconselhar as mulheres a trazerem seus maridos e filhos de volta ao lar, afastando-os dos "antros de perdição", figurados pelos botequins, bares, casas de diversão e jogo, bordéis, ou centros libertários e socialistas de cultura social. Nesse imaginário, a construção material da "habitação higiênica" seria o ponto de partida para a moralização do trabalhador e de sua família. Segundo o Dr. Figueira de Melo:

"A habitação higiênica (...) acarreta consigo a resolução de uma série de necessidades, que tem por origem, vícios e defeitos de ordem moral e física, gerados seguramente, na convivência e nesse ambiente confinado, nessa atmosfera deletéria ao corpo e ao espírito". (Rago 1985, p. 169).

Na mesma linha de argumentação, os engenheiros repetiam, por ocasião da realização do primeiro Congresso de Habitação, em 1931:

"Satisfeito em seu lar, tendo que cuidar do seu jardim e de sua pequena horta, o operário não precisa procurar esquecimento na bebida e no jogo". (Rago 1985, p. 198)

O movimento operário, por sua vez, liderado por homens, atuou ambigüamente no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho para o lar, muito embora cobrasse sua participação política e constantemente criticasse sua passividade. Frequentemente, os anarquistas e socialistas reclamavam de que a falta de mobilização das mulheres operárias levava a que a exploração do trabalho chegasse a níveis absolutamente ultrajantes. Contudo, é claro que, na prática, as mulheres deveriam participar na condição de auxiliares, isto é, subordinadas aos líderes.

Aliás, a concorrência do trabalho feminino foi sempre alardeada pelos operários, culpabilizando-a pelo rebaixamento dos salários ou pela desqualificação do trabalho, já que as operárias atuavam em tarefas menos qualificadas que os homens, percebendo ganhos mais próximos aos dos menores. **A Voz do Trabalhador**, de 1.7.1908, publicava no artigo "Dos ergástulos industriais":

"Ninguém cá de fora sabe que pouco a pouco a gerência das fábricas de tecidos vai substituindo os homens por mulheres. Igualmente se ignora que além de ser esse trabalho fatigante e aniquilador para a constituição débil da mulher, é retribuído com um salário, inferior ao do homem".

Estas conclusões, por seu lado, também levavam a que o movimento operário lutasse pela igualdade de salário entre os sexos. Na grande maioria das vezes, contudo, recomendou-se a redução da jornada de trabalho e a proibição do trabalho noturno para mulheres e crianças, quando não sua volta ao lar. Discutindo sobre a substituição do trabalho masculino pelo feminino nas indústrias têxteis, um tecelão afirmava revoltado, numa assembléia da UOF (União Operária de Fiação e Tecelagem):

"(...) nós não devemos ensinar (o trabalho) a essas mulheres que amanhã nos virão a substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que o seu lugar é em casa, a tratar e educar seus filhos (...)". (A Razão, 29.7.1919)

Por outro lado, toda esta movimentação em prol de sua retirada do espaço público não significou que as operárias seguissem literalmente as prescrições normativas provenientes de vários setores sociais. Muito pelo contrário, se poucas mulheres se destacaram na atuação política-partidária, como a socialista Ernestina Lesina, as anarquistas Elisabeta Valentini e Elvira Boni, ou a comunista Laura Brandão, são inúmeros os registros de greves iniciadas espontaneamente pela ação feminina. Veja-se, por exemplo, como o jornal socialista Avanti descreve a greve da fábrica Penteadó, no artigo, "A Nossa Vitória", de 23.3.1901:

"Mais de 700 mulheres, despreparadas, privadas da mais elementar organização, débeis e indefesas, na suprema reivindicação dos mais elementares direitos, encontraram energia para triunfar contra a prepotência do capitalismo esfaimador, na empenhada luta contra ele".

Em outubro de 1902, as operárias da fábrica de tecidos ANNAIA, situada no Bom Retiro, em São Paulo, iniciam uma greve contra os maus tratos do mestre de teares, "cujas arbitrariedades variam culminando com a expulsão da jovem Emma Sartorelli, de 17 anos de idade e com 3 anos de serviço na fábrica". A despeito da aliança dos pais com os patrões tentando desmobilizá-las, as operárias resistem até a vitória. Um mês depois, voltam

à greve, considerando que as exigências disciplinares não se haviam alterado.

Em 1917, por ocasião da primeira grande greve geral que paraliza a cidade de São Paulo, são as mulheres que iniciam o movimento paredista nas oficinas do Cotonifício Crespi. Como informa Boris Fausto, "Em todas as mobilizações, destacam-se as mulheres. Sua participação é notada, nos discursos de rua, nas reuniões da Liga Operária da Mooca. Quando o delegado do bairro do Brás intima grevistas a comparecer à Delegacia, nos primeiros dias da paralisação na fábrica Crespi, formam-se duas comissões - de homens e de mulheres - que são atendidas separadamente pelo delegado Bandeira de Mello".¹⁸

Em geral, os jornais operários constroem duas imagens femininas muito contrastantes: uma mulher submissa, incapaz de propor estratégias de luta, ao lado de uma figura absolutamente combativa, que sai às ruas e enfrenta convictamente a polícia. Este contraste sugere, de um lado, uma relação pedagógica estabelecida entre os militantes e suas leitoras, uma vontade de indicar os rumos a serem seguidos pelas trabalhadoras na luta contra o capital. De outro, faz pensar que, muitas vezes, a resistência feminina exprimiu-se de maneira difusa, espontânea, seja questionando a hierarquia disciplinar no processo de trabalho, talvez mais pesada para as mulheres do que para os homens, seja reivindicando melhores condições de trabalho.

As informações que a historiografia preocupada com a condição feminina tem trazido, na verdade, tem-nos levado a rever vários estereótipos da passividade feminina, e não apenas no mundo do trabalho. Por exemplo, os estudos de Eni de Mesquita Samara sobre divórcios no século 19, no Brasil, revelam que, num momento em que o casamento aparecia como uma das únicas opções de vida para as mulheres, elas foram as principais responsáveis pelos pedidos de divórcio ou anulação do casamento.¹⁹ Do mesmo modo, as recentes biografias e histórias de família desmistificam as tradicionais imagens de mulheres pacatas, pouco preocupadas com o trabalho, ou ainda, bastante condescendentes com as relações extra-conjugais dos maridos. A biografia de d. Viridiana Prado, por exemplo, nos traz uma mulher da elite que, não apenas se separa do marido e passa a ter uma vida bastante independente com os filhos, organizando saraus e reuniões sociais,

¹⁸ B. Fausto - op cit. , p. 194.

¹⁹ Eni de Mesquita Samara - AS MULHERES, O PODER E A FAMÍLIA. São Paulo, Século XIX, SP, Marco Zero/SECSP, 1989.

como, contra os padrões de sua classe, vende uvas na rua para ajudar as mães solteiras, pobres e abandonadas.²⁰

Seja como for, mesmo que consideremos as revoltas e resistências femininas à incorporação dos padrões normativos definidos sobretudo pelo poder médico e jurídico, não há dúvida de que a construção da subjetividade feminina como essencialmente destinada à maternidade, segundo esses parâmetros de explicação de sua sexualidade, atuou de forma bastante eficaz no sentido de excluir as mulheres dos múltiplos campos de atuação que aparentemente se abriam na modernidade. A organização do trabalho, a educação, o próprio espaço público, ao menos nas cidades foram idealizados a partir de uma diferenciação sexual, segundo a qual determinadas tarefas, leituras, cursos, lugares eram adequados para os homens, mas não para as mulheres, já que sua constituição supostamente mais débil naturalmente não as protegia dos perigos. Por outro lado, também para os homens, as concepções vigentes sobre sua sexualidade e sua essência, concepções estas que apenas recentemente começam a ser pesquisadas, forçaram-nos a ocupar determinados espaços e funções que, os excluíram de determinados convívios e experiências fundamentais ao equilíbrio humano. Se o modelo da "santa mãezinha" foi um peso para as mulheres ricas e pobres, o do guerreiro não deixou de constituir um fardo nos ombros masculinos.²¹

A moralização do Trabalhador e o Modelo do Guerreiro

Em primeiro lugar, vale lembrar que a historiografia existente sobre a formação do proletariado, não apenas no Brasil, trabalhou com temas que evidentemente privilegiam as ações masculinas na esfera pública, sem questionar em nada a construção cultural do modelo de masculinidade que organizava os vários discursos. Afinal acreditava-se que os homens se encontravam em seu espaço natural, o mundo dos negócios e da política, e não se tratava de discutir se a construção cultural desta esfera era ou não sexuada. Disso resulta que acumulamos uma certa quantidade de informações em relação às lutas operárias, às correntes e doutrinas políticas que predominaram no movimento operário, mas muito pouco a respeito da produção da subjetividade do trabalhador pelas elites dominantes, ou pelas próprias correntes políticas que visavam constituir uma figura ideal de militante e de proletariado.

20 Darrell E. Levi - A FAMÍLIA PRADO, SP, Livraria e Editora Cultura 70, 1974.

21 Refiro-me aqui à expressão cunhada por Mary del Priore, in AO SUL DO CORPO, op cit., 3ª parte. cap. I.

Entretanto, sabemos que foram múltiplas as estratégias elaboradas pelos industriais, especialmente no sentido de produzir o trabalhador produtivo e dócil, assim como a própria identidade da classe operária, a partir de seus valores, concepções e crenças. Nesse sentido, explica-se em grande parte porque a solução encontrada para o problema da mão-de-obra no país, por ocasião da extinção do tráfico negreiro e da abolição da escravatura, foi a imigração européia e não a asiática ou africana, em princípio totalmente rechaçadas pelos republicanos. Homens civilizados, brancos e limpos, provenientes de países como Itália, Portugal, Espanha, França apareciam, no imaginário das elites, como a alternativa para a construção da nova figura do trabalho, em total negação com as imagens sombrias dos tempos da escravidão.

Já nos primeiros anos da industrialização brasileira, atitudes paternalistas compensavam, em parte, o comportamento displicente dos industriais, no sentido de abandonar os operários à sua própria sorte, ou aplicar uma violência herdada das relações escravistas de trabalho. Foi necessário algum tempo para que os empresários se dessem conta, ou fossem alertados pelas autoridades públicas e por alguns de seus pares, de que a racionalização do trabalho industrial passava pelo abrandamento das relações produtivas, não no sentido de uma menor exploração do trabalho, mas da introdução de disciplinas doces e mais sofisticadas.

Poucos industriais atuaram na direção proposta por Jorge Street, por exemplo, construindo, ao lado de sua fábrica, uma vila operária destinada tanto a fixar a força de trabalho quanto a produzi-la de ponta a ponta. Como ele mesmo dizia:

"Quis dar ao operário (...) a possibilidade de não precisar sair do âmbito da pequena cidade que fiz construir à margem do rio, nem para a mais elementar necessidade da vida. (...) Consegui, assim, proporcionando, também, aos operários, distração gratuita dentro do estabelecimento, evitar que freqüentem bares, botequins e outros lugares do vício, afastando-os especialmente do álcool e do jogo".

Este industrial tinha claro que, para ganhar a adesão dos operários, por ocasião dos conflitos políticos, era necessário seduzi-los de vários lados, através dos múltiplos confortos que lhes proporcionava, além de prendê-los pelos vínculos do emprego, do aluguel da moradia, pelas despesas nos amazéns e pela colaboração da igreja, tanto espiritual quanto materialmente, na gestão de creches e de escolas.

Entretanto, a grande maioria do empresariado manteve-se distante deste tipo de solução paternalista nas relações com seus operários, resistindo a modernizar o processo de trabalho, apesar das pressões das autoridades públicas, dos médicos sanitaristas e de alguns industriais mais esclarecidos, como o próprio Jorge Street e Roberto Simonsen. Várias vezes, as autoridades ligadas ao Departamento Estadual do Trabalho, criado em 1911, procuraram influenciar os industriais a modernizarem suas fábricas, evitando assim os freqüentes acidentes de trabalho mesmo, evitando o uso da violência física como estratégia de disciplina industrial, já que doravante os operários, enquanto cidadãos livres e estrangeiros, tinham outras entidades a quem se dirigir e pedir socorro.

Os médicos higienistas, ligados aos órgãos públicos, atuavam no mesmo sentido, tendo em vista explicar aos industriais os benefícios da modernização das fábricas e da construção de "habitações higiênicas" para as famílias dos trabalhadores. O homem sendo o produto do meio, diziam, como esperar que o espírito de revolta desaparecesse se ele fosse mantido nas trevas de sua casa, ou na escuridão das fábricas? Deodato Maria, futuro integrante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, se revoltava contra a negligência dos patrões diante das condições insalubres do trabalho fabril, reforçando os argumentos médicos, em 1912:

*"Os edifícios de nossas fábricas, com pouquíssimas excessões são velhos pardieiros ajeitados para esta ou aquela indústria: mas nas instalações ou adaptações à la diable, para tudo se olha menos para a saúde do operário".*²²

Alguns industriais de ponta, por sua vez, preconizavam a construção da fábrica higiênica, moderna, limpa, organizada à imagem do lar, respaldados pelas teorias médicas do meio-ambiente. Em 1919, Jorge Street, médico e industrial progressista, símbolo do novo patrão, repreendia publicamente os empresários por não considerarem "as necessidades vitais de seus trabalhadores". Já Roberto Simonsen, em conferência pronunciada aos seus pares no mesmo ano, descrevia o **trabalho moderno** como produto da organização "científica" do processo produtivo, utilizado como meio de "evitar a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classe, as organizações artificiais".²³ Criticando a disciplina industrial violenta, propunha

22 In M. Rago - DO CABARÉ AO LAR ... op cit., p.38.

23 Roberto Simonsen - O TRABALHO MODERNO, SP, Seção de Obras de O. E. de São Paulo, 1919, p.1.

a adoção da "disciplina inteligente e consciente - oriunda do conhecimento exato que tem o operário da natureza de seu trabalho e da certeza do justo reconhecimento de seus esforços".

Defensor do taylorismo, Simonsen reagia à intensificação dos conflitos industriais, sobretudo após as greves de 1917 e 1919, propondo a racionalização do processo produtivo como forma de transformar as relações de trabalho. Nesse sentido, a disciplina do trabalho na fábrica deveria ser apresentada como necessidade objetiva derivada do maquinismo, e não como vontade subjetiva de mando dos patrões. A vigilância mecânica, exercida pelo maquinismo fabril aparecia como a solução "científica" para a domesticação da força de trabalho operária.

Transformando a questão da luta de classes e da disciplina fabril num problema técnico, os médicos e industriais pretendiam moldar a própria subjetividade do trabalhador, transformando-o em homem higiênico, cumpridor dos deveres, amante da pátria, produtivo, porém submisso. Nos anos 30, o modelo do guerreiro apolítico será amplamente divulgado pelos meios de comunicação de massa, a exemplo dos filmes de propaganda divulgados pelo DIP (Departamento de Informação e Propaganda), durante o governo Vargas.²⁴

Esta intenção disciplinadora não deixou de enfrentar, porém, a mais acirrada resistência, dentro e fora do processo fabril. Desde as denúncias na imprensa operária às mobilizações paredistas, foram múltiplas também as estratégias elaboradas pelo movimento operário, ao longo das três décadas. Optamos por percebê-las através do registro da imprensa anarquista, por entender que esta corrente política teve maior penetração nos meios operários de então, sobretudo em sua vertente anarco-sindicalista, mas também por acreditar que é nela que encontramos maiores informações no que tange à problemática da resistência operária cotidiana, assim como na formulação de novas concepções sobre as relações entre os sexos, a organização da nova família, a questão de uma nova moral sexual.

Utopia anarquista e liberação do desejo

Críticos das relações de poder em todos os espaços de sociabilidade em que se manifestassem, os anarquistas penetraram nos meios operários, propondo um questionamento direto da hierarquia fabril, da dominação

24 Veja-se Alcir Lenharo - SACRALIZAÇÃO DA POLÍTICA, Campinas, Papirus, 1986.

masculina sobre as mulheres, da dominação do Estado e da Igreja, assim como de qualquer outra instituição que abafasse a expressão da individualidade. Em relação ao processo de trabalho, manifestaram-se através da ação direta, nos atos de boicote, sabotagem, roubo de peças, absenteísmo, até a greve geral. A imprensa operária nos dá inúmeros registros destas manifestações da luta operária, outrora consideradas atrasadas e românticas por uma determinada historiografia. Críticos da representação política assim como do partido revolucionário, entenderam que a revolução social deveria ser implementada por todos no cotidiano da vida social, na luta contra as relações de dominação entre as classes e entre os sexos. Assim, fundamentalmente, pregaram a autogestão da produção e da vida social, entendendo que novos modelos de relações de trabalho e de família deveriam ser construídos com base na liberação dos autoritarismos externos e internos ao indivíduo.

No que tange à formulação de uma nova moral sexual e às relações entre os sexos, os anarquistas propuseram a emancipação da mulher, o fim do casamento monogâmico, o direito à maternidade voluntária, o divórcio e o amor livre. Isto não significou, porém, que os trabalhadores em geral tenham aderido a estas concepções, muito menos ao anarquismo. As pesquisas existentes revelam que, na verdade, uma parcela relativamente reduzida do proletariado se deixou seduzir pelas propostas políticas de então, como o anarquismo, o anarco-sindicalismo, ou o socialismo. Do mesmo modo, em relação às operárias, parece ter sido pequeno o número proporcional das que aderiram aos ideais libertários, e muito menos ainda o número daquelas que aceitaram os princípios da nova moral sexual. Muito pelo contrário, os documentos revelam que raras não tiveram dificuldades em aceitar e praticar o amor livre, em se tratando da diversificação dos parceiros. Como lembra a anarquista June Hanner, até mesmo o fundador da Colônia Cecília, no Paraná, propôs, numa carta confidencial, a formação de uma nova colônia anarquista no estado do Mato Grosso, a partir da compra de jovens índias das tribos do interior, segundo ele, menos corrompidas pelos valores burgueses e mais livres para serem introduzidas nos princípios libertários.²⁵

Segundo o *Amigo do Povo*, de 28.5.1904, quando uma operária do primeiro círculo anarquista no Rio de Janeiro, durante os anos 1890, praticou a doutrina do amor livre, trocando seu parceiro amoroso, o grupo se desintegrou. Ainda hoje, militantes anarquistas do sexo masculino e feminino,

25 June Hanner - EMANCIPATING THE FEMALE SEX. The Struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1940, Duke University Press, 1990, p.110.

na faixa etária dos 60, 70 e 80 anos de idade, revelam um comportamento tradicional, no sentido das relações heterossexuais monogâmicas. Em geral, tiveram um (a) grande companheiro (a) ao longo da vida, com o qual viveram até a morte, ou ainda vivem. Na biografia de Maria Lacerda de Moura, Miriam Moreira Leite observa o seu comportamento sexual monogâmico, enquanto a anarquista italiana Luce Fabri, radicada no Uruguai, que pudemos entrevistar, declarou que só recentemente pode abrir-se para pensar a questão do homossexualismo e questionar as representações estigmatizadoras construídas sobre os praticantes.²⁶

Por outro lado, Hadassa Grossmann, em trabalho recente sobre *La Femme ou Secteur Ouvrier Au Brésil*, conclui que as relações entre os sexos não foram menos problemáticas nos meios anarquistas daquele período. Segundo ela, os homens representavam as mulheres a partir das tradicionais referências burguesas, eram favoráveis a que se restringissem à esfera da vida privada, a não ser nos momentos em que precisavam de seu respaldo econômico e político. Segundo ela, nem mesmo na Colônia Cecília, onde em princípio os anarquistas teriam todas as possibilidades de organizar a vida social e o trabalho sem constrangimentos exteriores, as mulheres deixaram de desempenhar as funções tradicionais de provedoras da alimentação e das tarefas da casa, enquanto os homens se ocupavam com as tarefas do mundo exterior.²⁷

Penso que, a despeito de todas estas constatações, não se pode ignorar que os anarquistas tinham a questão da emancipação da mulher, o fim do casamento contratual e o amor livre, como questões centrais de seu projeto de transformação radical da sociedade. Numa sociedade extremamente conservadora como a brasileira, certamente não seria uma experiência fácil para as jovens dos meios operários a prática do amor livre, ou mesmo a não realização do contrato matrimonial. Provavelmente, um estudo menos preocupado com julgamentos valorativos pudesse aclarar com maior precisão como anarquistas homens e mulheres pensavam e experimentavam a questão do amor livre. Os trabalhos produzidos até o presente momento parecem extremamente preocupados em condenar os libertários, mostrando o fracasso de suas experiências. Portanto, deixam de avaliar que grande contribuição apresentaram, por exemplo, em relação ao

26 Miriam Moreira Leite - OUTRA FACE DO FEMINISMO : Maria Lacerda de Moura, SP, Atica, 1984; entrevista com Luce Fabri, de 84 anos, 8/1992.

27 Hadassa Grossmann - LA FEMME DU SECTEUR OUVRIER AU BRÉSIL, tese de doutoramento, 1991, mimeo; "Family Life or Free Love ? : A study on Brazil's "Cecília", 1890-1894." Arquivos do Centro Cultural Português, XXVIII, 1990, pp.403-420.

feminismo. Veja-se como, na produção da memória histórica, o feminismo no Brasil emerge apenas em sua faceta liberal, produzido por mulheres da elite nos inícios do século, que, aliás, desconheciam a cultura operária, e muito menos a produzida por mulheres pobres.

Finalizando, gostaria de ressaltar que certamente estamos no início de um longo caminho de reavaliação da constituição da memória histórica em relação à formação da classe operária, de suas lutas, de sua cultura e, em particular, de como os diferentes sexos participaram na construção desta história. Contudo, parece que também já não poderemos falar de proletariado, de burguesia, de campesinato, ou de outro grupo social, sem considerar as relações de gênero e pensar na importância da diferenciação sexual, particularmente na constituição de relações de dominação. Afinal, o silenciamento sobre as relações de poder entre os sexos pela construção da memória histórica é, sem dúvida, uma outra forma de opressão, mais sofisticada e menos visível.

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE MULHERES: APONTAMENTOS PARA UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA

*Jane de Fátima Silva Rodrigues**

Embora possa parecer que os estudos sobre a mulher, em suas mais diferenciadas manifestações, tenham já coberto grande parte do que se poderia chamar de uma HISTÓRIA DA MULHER, isso está longe de acontecer. Em que pese a existência de uma significativa bibliografia sobre a "condição feminina", quer internacional ou nacional, inúmeros temas têm apontado para novas abordagens e perspectivas no que tange ao assunto em pauta.

Tema recente, pois não remonta a mais que meados deste século, uma história da e sobre a mulher vem ganhando um espaço cada vez maior nas academias. Inúmeras foram e são as instituições civis e governamentais, criadas a partir do início deste século para debater e propor "encaminhamentos" sobre papéis, direitos, saúde, trabalho e cidadania de milhões de mulheres em todo o mundo.

Das manifestações, consideradas extremistas, dos primeiros movimentos feministas, aos estudos "científicos" que passam pelas várias áreas do conhecimento - a Antropologia, a Sociologia, a Psicanálise, a História, o Direito e a Medicina - foi possível penetrar em um "universo" feminino e, paulatinamente, desvendar aspectos da sexualidade, do casamento, da maternidade, da profissionalização das mulheres, dentre outros. Isso não quer dizer, porém, que inexistissem estudos sobre tais questões. O que se verifica, é que só mais recentemente é que eles foram sistematizados e, incorporados entre os trabalhos acadêmicos, trazidos para uma discussão mais ampla, fato esse que pode ser constatado na variedade de títulos sobre o assunto e na diversidade de instituições que se dedicam a esse campo.

Deve ser ainda enfatizado que, nas diversas áreas do conhecimento, pelo menos uma grande parte dos trabalhos escritos sobre o tema foi desenvolvida por mulheres e têm consistido em uma preocupação

* Professora do Dep. de História da Universidade Federal de Uberlândia. É mestre em História Social pela USP, onde atualmente realiza seu doutorado abordando as relações sociais de gênero na sociedade uberlandense.

basicamente de mulheres. Nesse sentido, compartilhamos da mesma preocupação de BADINTER :

"recuso o costume desagradável que consiste em qualificar de 'feminista' qualquer mulher de ciência que lute contra os preconceitos sexistas, enquanto se chama respeitosa de 'cientista' todo pesquisador que faz o contrário. ¹

Os desdobramentos do tema sobre a "condição feminina", são, portanto, inúmeros. Existe, ainda, a ser pesquisado um vasto universo que, com certeza, trará novas e instigantes polêmicas sobre o assunto, quer seja do ponto de vista teórico-metodológico, quer seja das diferenças de atitudes e comportamentos encontrados de país para país, a nível internacional, e de região para região, a nível nacional.

Desde a Antiguidade, a mulher tem sido tema de discussões e polêmicas. Platão e Aristóteles teceram comentários mordazes sobre as mulheres. Os primórdios do Cristianismo já imputava a Eva o primeiro pecado da história humana. Essa idéia ganhou durante toda a Idade Média adeptos entre o clero, que pregavam a inferioridade feminina e sua condenação à subserviência.

A ideologia burguesa, por sua vez, reafirmou a inferioridade feminina, através de teorias científicas baseadas, sobretudo, nas particularidades do corpo biológico da mulher. Por sua vez, já no início do século XX, Freud comentava que, durante seus trinta anos de investigação, nunca soube o que a mulher desejava. No entanto, todas essas inferências sobre a inferioridade feminina foram combatidas desde a Antiguidade, tanto por homens quanto por mulheres.

Coube a antropólogos e a sociólogos, a sistematização dos primeiros estudos sobre o tema, e, só mais tarde, por volta dos anos 60, é que se abriu o campo de pesquisa para o historiador, sobretudo, devido às novas perspectivas que a História Social passara a oferecer no que se referia aos estudos sobre o cotidiano e as experiências vividas.

A História Social, ao incorporar um tão diversificado temário de análise como: o amor, a sexualidade, o casamento, a vida em família e o prazer,

¹ BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro. Relações entre homens e mulheres.** 2 Ed., Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986, p. 37.

propiciou um alargamento não só para a reelaboração de novos conceitos, como para a multiplicação das formas de fazer e escrever a História. Com um novo referencial teórico-metodológico, partindo da análise das experiências vividas por homens e mulheres, e de fontes até então não utilizadas na tradição histórica, inúmeras "Histórias" ganharam formas e se firmaram na historiografia, dentre elas a HISTÓRIA DA MULHER.

Por conseguinte, um problema se colocava: seria possível uma História da Mulher se para gerações inteiras, a História teve um lugar apropriado para acontecer - o espaço público? Buscar o espaço privado onde se dão as experiências femininas, foi um primeiro caminho para chegar à mulher, na esfera pública, e aí, verificar que ela esteve sempre presente, mas ao longo da História humana, foi omitida e excluída sua participação no processo civilizatório.

Tem sido considerável a produção, no bojo das Ciências Sociais, sobre o tema mulher. Nessa produção, podemos distinguir algumas tendências. A primeira aparece nos anos 70 e se propõe, no interior de um tema maior que era o do movimento operário brasileiro a recuperar a mulher no espaço da produção.² Sua condição de vida e trabalho, sua participação enquanto militante política, é revelada desde os primórdios do movimento operário no Brasil, tendo como objetivo a personificação da luta da classe trabalhadora, fazendo-a sujeito da História.

2. BLAY, Eva A. **Trabalho domesticado : a mulher na indústria paulista.** São Paulo: Ática, 1978, 249 p..

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991, 258 p..

MOUTINHO, Jessita Maria N.. **A mulher operária.** Tese de Mestrado/USP, São Paulo: 1974, 174 p..(mimeo).

BARROS, Mônica S. Leite. **As mulheres trabalhadoras e o anarquismo no Brasil.** Tese de Mestrado/UNICAMP, 1979, 120 p.. (mimeo).

BLANCO, Esmeralda Luiz. **O trabalho da mulher e do menor na indústria paulista (1890/1920).** Tese de Mestrado, São Paulo: 1977, 236 p. (mimeo).

MADEIRA, Felícia Reicher. **As condições de trabalho da mulher e as condições da vida da família : O caso de Fortaleza.** Tese de Mestrado/USP, 1978, 108 p.. (mimeo).

PENA, Maria Valéria J.. **Mulheres trabalhadoras : presença feminina na constituição do sistema fabril.** Tese Doutorado/USP, 1980, 237 p.. (mimeo).

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII.** Rio de Janeiro: José Olympio/EDNUB, 1993, 249 p..

A segunda tendência, que abrange toda a década de 80, pode vir a ser distinta em dois momentos. O primeiro, revela uma preocupação em "dar" à mulher, dentro da História, um espaço através do papel que ocupa na família³, apesar de uma boa parte da historiografia ainda privilegiar o viés do trabalho. O tema, agora voltado para a família e a sobrevivência, retoma a discussão das jornadas infundáveis de trabalho que são impostas à mulher e faz ressaltar o seu papel de educadora, símbolo da união familiar.

O segundo momento avança quantitativamente sobre o primeiro. Os temas abrangem prioritariamente a questão feminina, buscando a sua historicidade através da pintura da literatura guiando o tema para as formas de violências praticadas contra as mulheres. Por fim, entra por caminhos antes não percorridos, uma vez que ficavam na área fronteira à ciência médica: o corpo. A mulher toma agora forma. Torna-se sexuada. Ama, apaixonou-se e exterioriza a sua feminilidade. A sexualidade transpõe os muros da fábrica e o desejo ultrapassa as normas sociais e familiares, numa profusão de sentidos e sentimentos, de querer e paixão. Nessa linha, tem sido rica a produção historiográfica⁴, e o corpo, objeto outrora de mortificação, repressão

3. OLIVEIRA, Maria C. Ferreira A. de. **A produção da vida : a mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura.** Tese Doutorado/USP, 1981, 2 vols..(mimeo).

OLIVEIRA, Maria C. Ferreira A. de. **A produção da vida : a mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura.** Tese Doutorado/USP, 1981, 2 vols..(mimeo).

BILAC, Elisabete D.. **Família e trabalho feminino. A ideologia e as práticas de um grupo de trabalhadores manuais de uma cidade do interior paulista.** Tese Doutorado/USP, 1983, 367 p.. (mimeo).

VILHENA, Cynthia P. de Sousa. **Família, mulher e prole - a doutrina da Igreja e a política do Estado Novo.** USP, 1983, 367 p.. (mimeo).

D'INCAO, Maria Ângela (org.). **Amor e família no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1989, 160p..

SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Família e Grupos de Convívio.** In: *Revista Brasileira de História.* ANPUH, São Paulo: Marco Zero, 1989, 236p., nº 17.

_____. **A família brasileira.** 3 Ed., São Paulo: Brasiliense, 1986, 86 p..

_____. **As mulheres, o poder e a família.** São Paulo, Século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989, 194 p..

MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil.** São Paulo: Loyola, 1993, 204 p..

4. ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840/1890).** São Paulo: Brasiliense, 1989, 149 p..

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar - (1890/1930).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 209 p..

e ataque, ganha relevância e desnuda um outro viés da História humana: os amores ilícitos e o prazer. Nesse sentido sucumbe também, a imagem da mulher "santa" e "passiva", para dar lugar a uma outra: a prostituta e a criminosa, cujos trabalhos têm-se frutificado, ao lado daqueles dirigidos às questões do feminismo, do matrimônio, do amor e da educação⁵.

4. _____. **Os prazeres da noite. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, 322 p..

FLANDRIN, Jean-Louis. **O sexo e o ocidente. Evolução das atitudes e comportamentos.** São Paulo: Brasiliense, 1988, 366 p..

ARIÈS, P. & BÉJIN, A. (orgs.). **Sexualidades ocidentais.** 3 Ed., São Paulo: Brasiliense, 1987, 254 p..

MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira. Corpo e classe social no Brasil.** 3 Ed., Petrópolis: Vozes, 1983, 501 p..

BROWN, Peter. **Corpo e Sociedade. O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990, 485 p..

ROSSIAUD, Jacques. **A prostituição na Idade Média.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, 224 p..

ALMEIDA, Angela M. de. **O gosto do pecado. Casamento e sexualidade nos manuais de confesores dos séculos XVI e XVII.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992, 150 p..

SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, Ilhoas e Polacas. A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX.** São Paulo: Ática, 1992, 118 p..

COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Entre a virtude e o pecado.** Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, 250 p..

BELLINI, Lígia. **A coisa obscura. Mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial.** São Paulo: Brasiliense, 1987, 101 p..

MOTT, Luiz. **O sexo proibido. Virgens, gays e escravos nas garras da inquisição.** Campinas: Papirus, 1988, 190 p..

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, 347 p..

GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade.** São Paulo: UNESP, 1992, 228 p..

SHOWALTER, Elaine. **Anarquia sexual: sexo e cultura no fim de siècle.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993, 300 p..

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação. As minorias na Idade Média.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993, 181 p..

STUDART, Heloneida. **Mulher, a quem pertence o teu corpo? Uma reflexão sobre a sexualidade feminina.** 2 Ed. Petrópolis: Vozes, 1991, 59 p..

5. ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo. O ponto de vista marxista.** São Paulo: Nobel, 1986, 131 p..

TOSCANO, M. & GOLDENBERG, M. **A Revolução das mulheres. Um balanço do feminismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1992, 117 p..

Nesta perspectiva, percebe-se com clareza que o caminho percorrido pelas Ciências Sociais, e mais particularmente pela História, com relação à temática, só foi possível pela abrangência com que se tem trabalhado os novos objetos sociais, e, sobretudo pelo alargamento do conceito de História com a inclusão de novos sujeitos de análise. Os lugares comuns das cenas políticas, dos tratados econômicos e das guerras, foram, por um longo período, os sujeitos da História. Isso até o momento em que a emergência de novos conflitos no interior da sociedade, dada a singularidade de que se revestiram, fez com que os cientistas sociais e historiadores, ao refletirem sobre esses acontecimentos e ao adentrarem em seu interior, pudessem descer ao cotidiano de homens e mulheres responsáveis pela expressão desses novos conflitos. Suas crenças, tradições e cultura foram repensadas no sentido de se capturar as mensagens dos segmentos sociais até então desconsiderados. Suas experiências e fé foram devassados para se encontrar respostas aos novos movimentos reivindicatórios que ganhavam espaços e se politizavam no desenrolar da luta e dos conflitos.

É, pois, nesse contexto que a historiografia tem privilegiado novos personagens, e toda uma literatura surge em torno deles: vadios, mendigos, prostitutas, homossexuais, loucos, etc..

5. LEITE, Miriam L. Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984, 171 p..

MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor. Inglaterra, 1300/1840*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, 391 p..

ESTEVES, Martha de A.. *Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 212 p..

BERNARDES, Maria T. C. Crescenti. *Mulheres de ontem ? Rio de Janeiro - Século XIX*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989, 214 p..

BENHABIB, S. & CORNELL, D. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 198, 208 p..

OLIVEIRA, Rosiska D. de. *Elogio da diferença. O feminismo emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1991, 150 p..

REIS, Maria C. Delgado. *Crescer, Multiplicar, Civilizar - Destino de mulher nas orientações educacionais (São Paulo nos anos 20 e 30)*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990, pp. 81-113 nº 19.

VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1984, 171p..

ADLER, Laure. *Segredos de alcova. (História do casal) 1850-1930*. Apartado: Terramar, 1983, 271 p..

TELES, Maria Amélia de A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993, 179 p..

A História da Mulher aparece nesse conjunto, impulsionada, num primeiro momento, pelo movimento feminista e, logo a seguir pela própria atitude que a mulher assumiu diante do mundo: participativa e contestatária.

É nessa direção que tem se orientado a produção historiográfica sobre o assunto. Captar, para além das relações cotidianas de poder e enfrentamento, as noções do amor e do corpo feminino tem sido uma constante, assim, como o redimensionar de uma História na qual a presença feminina é efetiva e foi obstada por uma visão policiada pelo sexo masculino. Objeto significativo e importante, capaz de elucidar aspectos até então obscuros no processo histórico, um estudo sobre as relações sociais de gênero permite rever os conceitos criados em torno do masculino e do feminino e, principalmente indagar sobre os diversos discursos que, durante séculos, possibilitaram a elaboração de uma imagem submissa, apática e assexuada da mulher, presente em quase todas as civilizações.

Uma literatura cada vez mais crescente, sobre uma História das Mulheres⁶, têm nos mostrado uma participação ativa do sexo feminino nas mais diferenciadas esferas do social, formas de resistências e exercícios de poder em diversos países do mundo e no Brasil.

Quer como trabalhadoras rurais ou urbanas, como chefes de famílias, quer como editoras de jornais e revistas femininas, ou organizadas em movimentos na luta pela igualdade da cidadania, já nos fins do século XIX, o

6. ALVES, B. e PITANGUY, J.. *O que é feminismo?* 8 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, 77 p..

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. 7 Ed. , Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, 2 vols.

DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo, Contexto, 1988, 64 p..

MILES, Rosalind. *A história do mundo pela mulher*. Rio de Janeiro: Casa Maria Editorial/LTC, 1988, 341 p..

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas. 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 140 p..

CARDOSO, Iredé. *Os tempos dramáticos da mulher brasileira*. São Paulo: Global, 1981, 63 p..

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, 205 p..

MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. 2 Ed., São Paulo: Contexto, 1992, 95 p..

BARROSO, C. e COSTA, A. (orgs.). *Mulher, Mulheres*. São Paulo: Cortez/Fund. Carlos Chagas, 1993, 135 p..

que pretende essa nova vertente da historiografia atual é resgatar os lugares sociais da mulher na complexa teia das relações da sociedade brasileira.

A História das Mulheres tem se afirmado como fonte inesgotável para o conhecimento das relações humanas, no que se refere principalmente aos aspectos afetivos do dia-a-dia, como a intimidade e os sentimentos, e, ao mesmo tempo que nos possibilita uma visão menos estereotipada do sexo feminino abre grandes brechas no conhecimento que temos sobre a participação da mulher na História do Brasil. As múltiplas possibilidades de experiências femininas, funções e papéis, ainda estão por ser investigados.

A despeito de uma rica produção sobre o assunto centrada principalmente no eixo Rio/São Paulo, onde vários estudos têm sido realizados sobre a temática, permanece, ainda obscura a História das Mulheres em outras regiões do país.

Além disso, mesmo nestes dois grandes centros da produção historiográfica do país, inúmeras questões ligadas às mulheres continuam sem respostas. Como foi que as mulheres estabeleceram suas redes sociais, laços afetivos, laços de vizinhanças, em espaços com instituições marcadamente masculinas? Em que as mudanças político-administrativas

6. LUZ, Madel T. (org.). *O lugar da mulher. (Estudos sobre a condição feminina atual)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, 146 p..

ABURDENE, P. ENAISBITT, J.. *Megatendências para as mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, 479 p..

NICHOLSON, Shirley (org.). *O novo despertar da deusa. O princípio feminino hoje*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, 294 p..

PERNOUD, Régine. *A mulher nos tempos das cruzadas*. Campinas: Papyrus, 1993, 393 p..

MICHELET, Jules. *La mujer*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985, 325 p..

TABAK, F. e TOSCANO, M. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 133 p..

FRENCH, Marilyn. *A Guerra contra as mulheres*. São Paulo: Best Seeler, 1992, 251 p..

ROSALDO, M. e LAMPHERE, L. (org.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 254 p..

SCOTT, Joan. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história. Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63/96.

HANS, Marie Françoise. *As mulheres e o dinheiro. História de uma conquista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, 341 p..

CLÉMENT, Catherine. *A ópera ou a derrota da mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, 158 p..

no Brasil afetaram a vida das mulheres? De que forma as mulheres conseguiram revolver as redes de poder e começaram a minar as bases dos papéis prescritos para elas? Como se dava a conjugação de tempos históricos diferenciados na vida das mulheres, que se situavam na esfera doméstica, mas que estavam indiretamente ligadas ao tempo do espaço público pertencente aos homens? Em que medida podemos perceber os choques produzidos entre uma imagem ideal construída, e uma imagem real vivida pelas mulheres nas relações de gênero? O que eram os mundos, qualificados estritamente de mundos masculino e feminino? O que era comum ao nível das representações nos universos masculino e feminino? Mudanças significativas no processo histórico tiveram o mesmo impacto na vida de homens e mulheres? Como compreender as diferenciações de sentimentos tidos como universais, como o amor, a amizade, a ternura, o ódio e suas formas de exteriorização tanto em homens quanto em mulheres? E ainda, que tipos de imagens, afinal, permanecem no imaginário da relação homem-mulher no final do século XX?

A nosso ver, essas e inúmeras outras questões são pertinentes e, ao mesmo tempo, extremamente estimulantes para que futuros trabalhos surjam e, principalmente, em diferenciadas regiões do país. Entendemos que é possível traçar uma cartografia dos sentimentos humanos, esmiuçando as construções sociais e históricas das relações homem-mulher. Para isso, uma História das Mulheres não pode ser separada das questões consideradas mais amplas e que abarcam suas posições dentro da família e das instituições.

Se homens e mulheres ocupam posições diferenciadas dentro de um mesmo ordenamento social, os critérios conceituais para a explicação de comportamentos, atitudes e experiências não podem ser tomados a partir de noções ditadas por referenciais teóricos universalizantes. Temos que perceber que noções como o público e o privado, atrelados ao tempo histórico masculino e feminino, são totalmente diferenciados para ambos os sexos, embora os tempos que regem os espaços da rua e o doméstico estejam circundados por um tempo maior que é o mundo do trabalho e das instituições normativas.

Por outro lado, entendemos que para uma História das Mulheres, inúmeros fatores resvalam em considerações que não se encontram na dicotomia esfera pública e privada, ou mesmo num tempo histórico linear. Experiências de vida, valores, percepções, sentimentos e o privado devem ser tomados enquanto pontos altamente relevantes para o estudo e a compreensão dos movimentos e posições que homens e mulheres ocuparam em

diferentes momentos históricos. Recuperar os espaços de luta feminina, espaços esses em branco, e às vezes estereotipados na historiografia oficial não é tarefa simples. É necessário escutar os imensos vazios dos documentos e as privações das fontes. Requer ainda, uma leitura diferenciada e singular das noções que mediatizaram os "fazeres" de homens e mulheres no social.

Subjugadas fisicamente, reprimidas mentalmente, dominadas ideologicamente, as mulheres foram, ao longo dos séculos, rendidas a um conjunto de normas e valores religiosos, éticos, morais e científicos que as modelaram de acordo com os preceitos de cada época. Os sistemas de conhecimentos através de suas instituições representativas levaram tanto homens quanto mulheres a acreditarem na superioridade masculina e, em contrapartida, na inferioridade feminina.

Instrumentos os mais variados foram criados e recriados para condicionar e aprofundar, em toda a sua extensão, a superioridade masculina e a inferioridade feminina. Os conceitos judaico-cristãos e a afirmação da Igreja Católica no mundo ocidental, como centro fundante e norteador de uma nova era religiosa e uma ética moral, reforçaram ao longo dos séculos a recusa ao prazer. Sexualizou o pecado original, transformando-o em uma transgressão carnal e, a partir daí, elaborou manuais e códigos de controle sobre a mente e o corpo, impingindo conceitos de pecado, culpa e desvios às pulsões desejantes. Nesse sentido, o corpo masculino e, sobretudo o feminino, passaram a ser alvos do ataque de toda uma literatura religiosa, moral, biológica, e psicológica que aniquilou a mulher enquanto ser social, colocando-a como uma ser da natureza.

É, portanto, a despeito de um imaginário misógino que, durante séculos, triunfou em todos os níveis, que se faz necessário reconstruir os papéis sociais como uma possibilidade de desvendamento dos mitos e estereótipos que se cristalizaram em um conflito permanente através da oposição homem-mulher. A produção historiográfica atual quer ir além de uma oposição binária homem-mulher ou cultura-natureza, procurando revelar as metáforas que circundam as relações de gênero⁷, evidenciando as

7. COSTA, A. e BRUSCHINI, C. (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, 336 p..

REVISTA Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ 1991, Nº 1.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. Os usos do gênero. In: *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991, pp. 185/192.

diferenças enquanto necessidades comuns às mulheres como grupo e, por outro lado, destacando a luta pela igualdade no que se refere aos princípios gerais da cidadania.

Quer sob a forma de simples biografias, histórias de vida ou participação no mercado de trabalho, quer analisando temas "avançados" como a sexualidade e a subjetividade do eu feminino, os estudos sobre as mulheres têm se mostrado importantes fontes para uma discussão epistemológica na área das Ciências Sociais. Captar as modificações de significados não a mulher como uma idéia, mas a mulher como uma realidade concreta, tem feito avançar os conceitos na busca de um referencial teórico-metodológico pertinente a uma História da Mulher no bojo dos modelos teóricos preconizados nas Ciências Sociais.

7. KOFES, Suely. *Categorias analíticas empíricas: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações*. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: IFCH, 1993, nº 1, p.p. 19/30.

FLAX, Jane. *Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista*. In: *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, pp. 217/250.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: *Educação e Sociedade*. UFRGS, vol 15, nº 2, jul./dez. de 1990.

BARBIERI, Teresita de. *Sobre la categoría género. Uma introdución teórico-metodológica*. São Paulo: Prodir, 1990 20 p., mimeo.

HEILBORN, Maria Luiza. *Do Gênero: antropologicamente*. Rio de Janeiro: CIEC, 1990, 16p.mimeo.

BLAY, Eva. (org.). *Relações sociais de gênero X relações de sexo*. São Paulo: Dep. de Sociologia/USP, 1989, 101 p., mimeo.

GERGEN, Mary MCCanney (org.). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/EDUNB, 1993, 222 p..

INTERNATOS*

Vera Lúcia Puga de Sousa**

"A Disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações."

(Michel Foucault)

Os fantasmas do amor livre, do divórcio, das drogas, do comunismo, da reforma agrária socialista, propagados sob diversas formas nos anos de 1960 a 1970, produziram pânico crescente, principalmente na camada social economicamente mais alta.

Teve início, nessa classe, pelos pais, uma procura incessante de um ambiente "sadio", "cristão", coibidor das forças aventureiras dos jovens, um lugar que os afastasse dessas más influências, distanciando-os, além disso, do "rock", do "iê-iê-iê", enfim da chamada "juventude transviada."

Nesse sentido, redescobrir¹ os colégios intemos constitui-se em meio para a disciplinarização e controle dos corpos. A juventude desta classe abastada viu-se, de certa forma, impelida, ainda em meados da década de 60, a frequentar o internato para moças e rapazes, que só demonstraram, enquanto locus educacional, um abalo significativo a partir de 1969. Tentar, pois, imaginar a volta à moda dos internatos, em meados do século XX, é tarefa difícil.

É possível compreender e analisar os internatos e sua finalidade social no interior de Minas Gerais. Araguari, uma das cidades por nós pesquisada, possuía, na década de 60, dois colégios religiosos, com internatos para homens e mulheres.

* Este artigo corresponde ao 1º capítulo da dissertação de mestrado intitulada "Entre o Bem e o Mal (Educação e Sexualidade - Triângulo Mineiro - 1960)", defendida pela autora, na USP, em 1991.

** Professora do Departamento de História da UFU. Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo e doutoranda na mesma universidade, onde desenvolve pesquisa sobre a violência contra a mulher.

1 O termo "redescobrir" foi utilizado por nós, já que a existência dos internatos, no Brasil, data do século XIX. Assim, um "velho" método de "persuasão e modelagem" foi pinçado e reintroduzido como locus privilegiado do saber, da moral imaculada, da formação de mentes e corpos.

O colégio feminino, criado em 1919 e administrado por freiras belgas da Congregação do Sagrado Coração de Maria, e o colégio masculino - Colégio Regina Pacis -, fundado em 1926 e dirigido por padres holandeses da Congregação dos Sagrados Corações. Ambos serviram à cidade, à região circunvizinha e a outros Estados, como o de Goiás e o de Mato Grosso. Os alunos, moças e rapazes, freqüentavam essas instituições de ensino religioso cristão na qualidade de internos, semi-internos e externos.

O regime de internato ocasionava uma ruptura mais profunda na vida dos jovens, quando esses adentravam os grandes muros das instituições religiosas para ali passarem muitos anos sob rígida disciplina. O primeiro impacto consistia já na chegada ao Parlatório (onde se conversa, onde se recebe), a entrada oficial dos colégios religiosos, diante de suas altas e pesadas portas, com o sino à sua direita, cujo toque era um convite à abertura de um mundo diferente : uma nova vida, pontuada por silêncios, disciplinas, orações...

Um espaço com odores característicos de limpeza, que cheira cera, eucalipto, naftalina; o brilho dos móveis, o chão espelhado, a ordem dos objetos, a brancura dos hábitos dos padres e freiras...

Transpor as portas do Parlatório era um ato de dor e de saudade, pois os jovens deixavam para trás seus hábitos e costumes, suas vidas cotidianas, suas famílias, trocando o conhecido pelo desconhecido. Contudo, a "dura" passagem era amenizada para alguns, para os quais a despedida do mundo externo representava também o momento do reencontro com os velhos amigos dos anos anteriores, laços forjados pelo internato, pelos momentos de solidão, pelos anseios de carinho, de apoio.

O grande espaço dos pátios abrigava pais e filhos que, em grupos, conversavam. Depois visitavam suas inúmeras dependências. Acompanhados por religiosos assistiam o "guardar" dos enxovais. Nesse momento, rompia-se a noção de privacidade e propriedade : as roupas não eram mais de sua livre escolha; daí em diante, eram os religiosos que determinariam a hora, o local das atividades e o que vestir.

Tinha início um novo capítulo nas vidas desses jovens. Chegava o momento da despedida. Lágrimas, promessas de retorno, de cartas, de telefonemas. Fechavam-se as portas...

Assim como nos quartéis, asilos e hospitais, nessas instituições,

regras e sanções rígidas eram aplicadas a quem não se enquadrava à vida do internato. Do regulamento interno não constavam normas escritas, mas gravadas na mente da hierarquia disciplinar exposta pelos superiores, eram automaticamente obedecidas sem questionamento.

Os pais, ao internarem seus filhos nesses colégios, tinham conhecimento das regras internas estabelecidas, que lhes eram relatadas pelo diretor ou diretora da instituição. Eles não só estavam de acordo com as regras, o que era condição de aceitação do jovem, como delegavam poderes aos religiosos para que pudessem aplicar a seus filhos as penalidades, caso viessem a cometer "faltas" ou "não cumprissem o regulamento interno".

De repente, em um espaço mínimo de tempo, estes jovens passavam à dependência e à obediência de pessoas estranhas ao seu crescimento, à sua formação.

Os padres e freiras se investiam do poder de educar e "consertar" a juventude, muito mais que os próprios pais. Os padres se vangloriavam de sua grande influência sobre a juventude do Triângulo Mineiro já que inculcavam-lhes os "princípios sadios da religião, do patriotismo e do respeito." Pregavam que a educação religiosa exigia disciplina, lei, ordem e obediência", o que eles conseguiam através da "tenacidade, inflexibilidade e intransigência" para com certas tendências da juventude moderna.

Para os religiosos, a educação tinha por fim, exatamente, incluir na alma juvenil a compreensão da necessidade de observar o que era **dever**, embora não agradasse à natureza. Conforme seus discursos, o jovem, na "idade crítica", precisava de **tratamento** certo e, de contar com o apoio incondicional dos pais, para que, sem a interferência destes, os religiosos pudessem completar sua grandiosa missão.

*"Quando estes (pais) são católicos, não existe dificuldade, porque fácil será o entendimento entre os pais e os mestres, ambos desejando a mesma formação moral e religiosa do filho e do aluno. Quando porém os pais ou responsáveis não adotam o **conceito católico da educação**, então a situação é mais precária, porque neste caso os pais julgam quase sempre em favor das idéias avançadas do filho, que já começa a assumir atitudes de homem, embora homem desajuizado. O rapazola começa a sacudir o jugo da disciplina escolar: não quer ginástica; não tolera horário; e não*